



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO

Concurso Público N.º 02/2025

Edital N.º 01/2025

Caderno de Provas

ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

PROVA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática	11 a 20
Conhecimentos Gerais	21 a 25
Conhecimentos Específicos	26 a 40

INSTRUÇÕES GERAIS

- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao fiscal de sala.
- Este caderno contém as provas objetivas, com 40 questões que apresentam quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
- Responda as questões no caderno de provas e marque, no Cartão-Resposta, as letras correspondentes às respostas assinaladas no caderno de provas.
- No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, dentro dos seus limites e sem rasuras.
- O Cartão-Resposta da prova objetiva é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se houver erros, notifique o fiscal de sala.
- O tempo de duração das provas é de 3 horas, a partir do sinal de início, já incluídos nesse tempo a abertura do pacote de provas, a distribuição do material, a leitura dos avisos e a marcação do Cartão-Resposta.
- Você deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1 (uma) hora após o início das provas e só poderá levar este caderno durante os últimos 30 minutos que antecedem o final estipulado para a prova.
- Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para o preenchimento do Cartão-Resposta. Não será concedido tempo adicional para completar o seu preenchimento.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de provas e serão liberados, apenas, após o último candidato entregar o seu cartão resposta e os três assinarem o relatório de sala.
- Ao terminar, devolva ao aplicador, separadamente, o Caderno de Provas e o Cartão-Resposta.



FUNDAÇÃO AROEIRA

TEXTO 01

Quanto tempo falta até
as IAs criarem as próximas IAs?

Na semana passada, o pesquisador de inteligência artificial (IA) e atual CEO da Anthropic, Dario Amodei publicou o ensaio “The Adolescence of Technology” em que ele discorre sobre os riscos da atual fase de crescimento exponencial das capacidades dos algoritmos de IA. A parte do ensaio que criou maior polêmica foi a menção da proximidade que estamos do desenvolvimento de algoritmos recursivos, ou seja, de modelos que sejam capazes de se autoprogramar. Segundo Amodei, estamos “1 a 2 anos de um ponto em que a geração atual de IA construa a próxima de forma autônoma”.(...)

Mas para que as IAs, realmente, criem a sua próxima geração de forma autônoma, alguns desafios técnicos precisam ser superados. A capacidade de aprimorar continuamente a sua própria arquitetura neural, não apenas ajustar seus pesos, é um deles. Outro é desenvolver um meta-aprendizado sobre a sua otimização, compreendendo de fato por que certas mudanças melhoram o seu desempenho, em vez de apenas testá-las empiricamente. Além disso, treinar modelos de IA necessita de uma infraestrutura computacional enorme, e a IA teria de orquestrar esse processo de forma completamente autônoma.

O ensaio de Amodei, no entanto, não é otimista sem ressalvas. Ele aponta preocupações legítimas sobre essa transição. Uma delas é a perda de controle interpretativo, já que, se hoje não entendemos completamente como uma IA funciona, isso tende a piorar quando for criada por outra IA. Outra é a concentração de poder, já que quem controlar as primeiras IAs recursivas pode obter vantagens estratégicas sem precedentes históricos. É importante esclarecer que a previsão de Amodei não é uma unanimidade na comunidade científica. Alguns pioneiros da área (...) argumentam que ainda faltam avanços fundamentais em áreas como raciocínio abstrato e visão de mundo antes de chegarmos a esse nível.

Independentemente do cronograma exato, a trajetória é inegável e aponta para um mundo onde o avanço tecnológico será cada vez mais automatizado. Isso não significa necessariamente o fim do trabalho humano em ciência e tecnologia, mas uma transformação radical sobre como ele é realizado.

(<https://www.estadao.com.br/alexandre-chiavegatto-filho/quanto-tempo-falta-ate-as-ias-criarem-as-proximas-ias/> Acesso em 03/02/26.
Texto adaptado.)

QUESTÃO 01

O autor do texto, em estudo, afirma em seu parágrafo inicial que ele é um ensaio. Considerando essa informação, analise as afirmações a seguir sobre esse gênero textual:

- I. O ensaio discorre sobre um assunto específico sem esgotá-lo.
- II. Pode ser um artigo científico, um relato de caso, um relatório científico.
- III. Caracteriza-se pela visão de síntese e tratamento crítico.
- IV. Predomina o discurso expositivo-argumentativo.

Marque a alternativa correta:

- A () I e II apenas.
- B () II e III apenas.
- C () III e IV apenas.
- D () I, II, III, IV.

QUESTÃO 02

Considere a leitura integral do texto, analise as ideias apresentadas e marque a principal intencionalidade do autor:

- A () informar que em breve as IAs vão se auto-programar.
- B () informar o fim do trabalho humano em ciência e tecnologia.
- C () informar que as IAs já substituíram o trabalho humano.
- D () informar que basta um meta-aprendizado para as IAs se autoprogramarem.

QUESTÃO 03

Considere os elementos de comunicação empregados na construção do texto e marque a função de linguagem predominante nele:

- A () poética.
- B () metalinguística.
- C () referencial.
- D () emotiva.

QUESTÃO 04

O vocábulo “autoprogramar” é um exemplo de palavra formada pelo processo de:

- A () composição por aglutinação.
- B () composição por justaposição.
- C () derivação parassintética.
- D () derivação prefixal.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa em que as palavras, extraídas do texto, apresentam, em sequência, um dígrafo consonantal, um ditongo crescente e um ditongo decrescente:

- A () passada, inteligência, visão.
- B () própria, recentes, influente.
- C () discorre, não, aponta.
- D () atual, chegada, estamos.

QUESTÃO 06

Analise as alternativas abaixo e marque aquela na qual todas as palavras são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo:

- A () baú, polêmica, técnicos.
- B () próxima, inteligência, raciocínio.
- C () Amodei, frequência, orquídea.
- D () históricos, tecnológico, inegável.

QUESTÃO 07

Todas as palavras recebem a mesma classificação no que diz respeito ao número de sílabas, na alternativa:

- A () criou, até, discorre, inteligência.
- B () semana, fase, atual, autônoma.
- C () riscos, publicou, semana, técnicos.
- D () legítimas, inegável, científica, polêmica.

QUESTÃO 08

Leia a frase com atenção: “Quanto tempo falta até as IAs criarem as próximas IAs?” Marque a alternativa que apresenta a classe gramatical das palavras sublinhadas, respectivamente:

- A () substantivo, adjetivo, advérbio, preposição, verbo, advérbio.
- B () pronome, substantivo, verbo, preposição, verbo, adjetivo.
- C () advérbio, substantivo, advérbio, conjunção, verbo, advérbio.
- D () advérbio, substantivo, verbo, conjunção, verbo, advérbio.

QUESTÃO 09

Analise o fragmento: “Além disso, treinar modelos de IA necessita de uma infraestrutura computacional enorme...”

Marque a alternativa que apresenta a regência do verbo “necessita” nesse contexto:

- A () bitransitivo.
- B () transitivo direto.
- C () transitivo indireto.
- D () intransitivo.

QUESTÃO 10

Analise as frases abaixo:

- I. No ano passado, ocorreram muitos transtornos no cenário político.
- II. Faz dois anos que o aluno Pedro Alcântara tenta ingressar na Faculdade.
- III. O pessoal perderam o horário do ônibus e tentaram pegar o trem.
- IV. O ano mal começou e já foi noticiado muitos assassinatos.

Marque a alternativa correta quanto à concordância verbal na frase:

- A () I e II apenas.
- B () II e III apenas.
- C () III e IV apenas.
- D () I, II, III e IV.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

Uma TV é vendida à vista por R\$ 1.500,00. A prazo é vendida com R\$ 450,00 de entrada mais uma parcela de R\$ 1.200,00 após 4 meses. Qual a taxa mensal de juros simples cobrada ao mês?

- A () 3,57.
- B () 14,28.
- C () 7,54.
- D () 17,14.

QUESTÃO 12

Num estacionamento existem motos e carros num total de 50 veículos. Sabendo-se que o número de pneus das motos (2 pneus cada) somados com o número de pneus dos carros (4 pneus cada) no estacionamento é de 160, qual a razão entre o número de carros para o número de motos?

- A () $2/3$.
- B () $3/2$.
- C () $5/16$.
- D () $2/5$.

QUESTÃO 13

Um grupo de 50 pessoas será transportado do local A para o local B em uma condução que leva três pessoas de cada vez. Sabendo que o número de mulheres é 29, de quantas modos distintos os homens podem ser transportados, sabendo que eles só podem ser transportados juntos?

- A () 7.
- B () 17.
- C () 1.330.
- D () 13.300.

QUESTÃO 14

Os números A, B e C são lados de um triângulo retângulo, sendo C o maior deles. Sabendo que estes números estão em progressão aritmética, que $A + C = 8$ e $A \cdot B = 12$, qual é o valor de $A \cdot B \cdot C$?

- A () 16.
- B () 32.
- C () 48.
- D () 60.

QUESTÃO 15

Na sequência $(2/3, 5/5, 8/7, 11/9, \dots)$. Qual é o valor do número que ocupa a posição 81?

- A () $242/163$.
- B () $240/153$.
- C () $242/157$.
- D () $237/156$.

QUESTÃO 16

O número $37/8$ foi decomposto em duas partes de modo que a razão entre elas é $3/4$. Qual o valor absoluto da diferença dessas duas partes?

- A () $37/14$.
- B () $37/56$.
- C () $37/28$.
- D () $37/71$.

QUESTÃO 17

Qual é o grau do polinômio resultante da seguinte operação: $(x^4 - Bx^2 + 5x)^4 \cdot (x^2 + Cx) / (x^3 - D)^3$?

- A () 6.
- B () 9.
- C () 2.
- D () 4.

QUESTÃO 18

Um pai tem 33 anos e seu filho tem 5 anos. Qual o valor do produto das idades, quando a idade do pai for 5 vezes a idade do filho?

- A () 185.
- B () 165.
- C () 245.
- D () 265.

QUESTÃO 19

Toda a produção mensal de um produto de uma fábrica foi vendida a três lojas. Para a loja A, foi vendida metade da produção, para a loja B foram vendidos $\frac{1}{3}$ da produção e para a loja C foram vendidas 2.500 unidades. Quantas unidades foram vendidas para Loja A?

A () 10.000.

B () 5.000.

C () 15.000.

D () 75.000.

QUESTÃO 20

Dois números reais A e B satisfazem a igualdade $(c^2 - 2cd + d^2)$. $A = B \cdot (c^2 - d^2)$. Qual valor de A/B se $c = 10$ e $d = 5$?

A () 3.

B () 15.

C () 6.

D () 18.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 21

A Lei Orgânica do Município é a norma fundamental que organiza a vida política, administrativa e jurídica de cada município brasileiro. Funciona como uma espécie de “constituição municipal”.

A Lei Orgânica do município de Catalão fixa competências municipais, especialmente quanto a serviços essenciais.

Analise as afirmações a seguir:

- I. Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.
- II. Compete ao Município prestar saúde com cooperação técnica e financeira da União e do Estado.
- III. O Município não pode tratar de transporte coletivo.
- IV. Compete ao Município proteger o patrimônio histórico-cultural local.

Qual a sequência correta, considerando verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações?

- A () V - F - V - F.
- B () F - V - F - V.
- C () V - V - F - V.
- D () F - F - V - F.

QUESTÃO 22

O Estatuto dos servidores do município disciplina, entre outros, a jornada e o controle de frequência, e prevê sanções progressivas para fraudes de frequência.

Qual das alternativas está correta?

- A () Fraude no ponto gera apenas advertência verbal, sem punições formais.
- B () A pena na segunda ocorrência é suspensão de até 29 dias.
- C () Fraude no ponto leva diretamente à demissão na primeira ocorrência.
- D () Fraude no ponto é irrelevante e pode ser abonada pelo chefe imediato.

QUESTÃO 23

Quanto à história de Goiás, analise as afirmações a seguir:

- I. A Proclamação da República repercutiu no interior, mas o poder local continuou exercido por elites regionais.
- II. A República eliminou completamente as desigualdades sociais e econômicas do Estado em poucos anos.
- III. As relações políticas locais frequentemente estavam ligadas ao controle da terra e dos votos.
- IV. Em Goiás, práticas como coronelismo e clientelismo ocorreram em vários contextos republicanos.

Qual a sequência correta, considerando verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações?

- A () F - V - F - V.
- B () V - F - V - V.
- C () V - V - V - F.
- D () V - V - F - V.

QUESTÃO 24

No que diz respeito à geografia do nosso Estado, julgue as afirmações a seguir:

- I. O Cerrado é o bioma predominante em Goiás.
- II. O Cerrado possui elevada biodiversidade e espécies adaptadas ao clima tropical sazonal.
- III. O Cerrado é um bioma exclusivamente amazônico e ocorre apenas no Norte do Brasil.
- IV. A supressão do Cerrado por agropecuária intensiva pode reduzir a biodiversidade e afetar recursos hídricos.

Qual a sequência correta, considerando verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações?

- A () V - V - F - V.
- B () V - F - V - F.
- C () F - V - F - V.
- D () V - V - V - F.

QUESTÃO 25

Considerando as informações disponíveis na página oficial do município, na Internet, www.catalao.go.gov.br, especialmente, o trecho em que a Prefeitura apresenta uma versão tradicional para a origem do nome “Catalão”, qual a afirmação correta?

- A () O nome veio de uma plantação de cana chamada “Catalão”.
- B () O nome veio de Frei Antônio, espanhol natural da Catalunha apelidado de “O Catalão”.
- C () O nome surgiu devido a uma pedra preciosa chamada “catalanita”.
- D () O nome é de origem indígena e significa “água doce”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

O Princípio da Legalidade é a base de toda a atuação da Administração Pública. No exercício da fiscalização e do poder de polícia, esse princípio estabelece que:

- A () O princípio da legalidade permite que o administrador ignore as normas escritas caso o interesse arrecadatório do Estado seja maior.
- B () A Administração Pública só pode realizar o que está expressamente previsto ou autorizado em lei.
- C () O agente público pode agir com total liberdade, desde que suas ações não sejam expressamente proibidas por lei.
- D () Um fiscal de tributos pode criar multas por meio de uma decisão administrativa simples, sem necessidade de lei anterior.

QUESTÃO 27

Considere a seguinte situação hipotética: O Secretário de Saúde de um município, diante de uma epidemia local, decide contratar diretamente, sem licitação, a empresa de consultoria médica de seu cunhado. O Secretário justifica o ato afirmando que a empresa é extremamente competente e que a urgência da situação exige 'eficiência máxima' para salvar vidas, o que legitimaria a escolha de alguém de sua confiança. Com base nos princípios da Administração Pública (Art. 37, CF/1988), analise a conduta do gestor:

- A () A violação ocorre apenas em relação ao Princípio da Publicidade, pois o Secretário deveria ter publicado o currículo do cunhado antes de assinar o contrato para garantir a transparência.
- B () O ato é válido sob o aspecto da Legalidade, uma vez que a lei de licitações permite a contratação direta em casos de emergência, independentemente do vínculo familiar entre as partes.
- C () O ato é legítimo, pois o Princípio da Eficiência e a Supremacia do Interesse Público autorizam o gestor a afastar a regra da licitação e a impessoalidade em casos de risco à saúde pública.
- D () A conduta viola frontalmente os princípios da Impessoalidade e da Moralidade, pois a escolha de um parente para contratação direta, mesmo sob pretexto de eficiência, caracteriza favorecimento pessoal e falta de ética.

QUESTÃO 28

Analise o seguinte caso hipotético: A empresa Construções S.A., com sede formal no Município A, é contratada para realizar a construção de um viaduto no território do Município B. Durante a execução da obra, fiscais de tributos do Município B comparecem ao canteiro de obras exigindo a exibição das notas fiscais e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). A empresa se recusa a colaborar, alegando que sua sede é no Município A e que apenas o fisco de sua sede teria competência para fiscalizá-la e exigir o imposto. Diante do caso narrado e da Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa correta:

- A () O imposto é devido ao Município B, local da execução da obra, cabendo a este a competência para fiscalizar e constituir o crédito tributário, conforme exceção prevista na legislação nacional.
- B () O Município B possui competência tributária para exigir o ISS e, conseqüentemente, o poder-dever de fiscalizar a obra, por se tratar de serviço de execução de engenharia consultiva.
- C () A empresa está correta, pois a competência tributária e o poder de fiscalização seguem a regra geral da unidade da sede do prestador (Município A).
- D () O conflito deve ser resolvido pela bitributação, cabendo à empresa recolher 50% do imposto para o Município A e 50% para o Município B.

QUESTÃO 29

No sistema tributário brasileiro, a Constituição Federal de 1988 define qual ente tem o poder de criar um tributo (competência) e como a receita deve ser compartilhada (repartição). Sobre a repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A () Pertence aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.
- B () O IPVA é um imposto de competência municipal, e sua arrecadação pertence integralmente à prefeitura onde o veículo foi licenciado.
- C () A totalidade da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) pertence exclusivamente à União, não havendo qualquer repasse para Estados ou Municípios.
- D () O Imposto sobre Serviços (ISS) é de competência da União, devendo ser repartido igualmente entre todos os Estados brasileiros.

QUESTÃO 30

No que tange ao sistema constitucional de repartição de receitas tributárias e às competências outorgadas aos entes federados pela Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

- A () O produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) retido na fonte, incidente sobre rendimentos pagos a qualquer título (incluindo bens e serviços) pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por suas autarquias e fundações, pertence integralmente ao ente pagador, configurando hipótese de repartição direta de receita.
- B () No caso do Imposto Territorial Rural (ITR), o Município terá direito a 50% do produto da arrecadação. Todavia, caso o Município opte por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, ele passará a deter a competência tributária para instituir alíquotas e isenções sobre o referido tributo.
- C () Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS. Desse montante, a totalidade deve ser distribuída obrigatoriamente de forma proporcional ao valor adicionado nas operações realizadas em seus territórios, sendo vedada a utilização de indicadores de desempenho educacional para tal partilha.
- D () O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre o ouro, quando este é definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, possui sua receita repartida obrigatoriamente na proporção de 70% para o Estado de origem e 30% para a União, visando o equilíbrio federativo.

QUESTÃO 31

O Município de 'Beta' realizou a pavimentação e a iluminação de uma avenida que antes era de terra. Em decorrência direta dessa intervenção estatal, os imóveis situados na referida via sofreram uma valorização imobiliária comprovada por meio de avaliação técnica. Para recuperar os custos da obra, o ente municipal instituiu um tributo a ser cobrado dos proprietários desses imóveis. Com base no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa que indica a espécie tributária correta:

- A () Contribuição social.
- B () Taxa de serviço público.
- C () Contribuição de melhoria.
- D () Taxa de poder de polícia.

QUESTÃO 32

Analise as duas afirmações a seguir relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a relação de causalidade entre elas:

I. No regime do IPI, o contribuinte não tem direito de crédito relativo ao imposto que seria devido na entrada de insumos ou matérias-primas adquiridos sob o regime de isenção, não incidência ou alíquota zero.

PORQUE

II. O princípio da não-cumulatividade, previsto constitucionalmente para o IPI, pressupõe a existência de um montante de imposto efetivamente cobrado na operação anterior, sob pena de a compensação se transformar em um subsídio financeiro sem base em tributação prévia.

Assinale a alternativa correta:

- A () As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B () As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C () A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D () A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

QUESTÃO 33

Analise as duas afirmações a seguir relativas aos procedimentos de fiscalização e à denúncia espontânea, conforme o Código Tributário Nacional (CTN):

I. O início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, formalmente notificado ao sujeito passivo, exclui a possibilidade de este realizar a denúncia espontânea de infrações relacionadas ao tributo objeto da ação fiscal.

PORQUE

II. A denúncia espontânea, que permite o pagamento do tributo devido acompanhado apenas de juros de mora (sem a multa punitiva), exige que o contribuinte tome a iniciativa de regularizar sua situação antes de qualquer intervenção ou início de procedimento de ofício por parte da autoridade administrativa.

Assinale a alternativa correta:

- A () A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- B () As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

- C () A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D () As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

QUESTÃO 34

No sistema tributário brasileiro, o lançamento é o procedimento administrativo que constitui o crédito tributário. A modalidade de lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa é denominada:

- A () Lançamento de Ofício (ou direto).
- B () Lançamento por Homologação (ou autolancamento).
- C () Lançamento por Declaração (ou misto).
- D () Lançamento por Arbitramento.

QUESTÃO 35

Considere as normas constitucionais sobre as limitações ao poder de tributar e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito dos princípios da anterioridade de exercício (anual) e da anterioridade nonagesimal (noventena). Analise as proposições abaixo:

- I. A fixação de alíquotas do ICMS incidente sobre combustíveis e lubrificantes, quando definida mediante convênio celebrado pelos Estados e Distrito Federal nos termos da Lei Complementar nº 192/2022, submete-se à anterioridade nonagesimal, mas constitui exceção à anterioridade anual.
- II. Conforme entendimento sumulado pelo STF, a norma legal que apenas altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária já estabelecida não se sujeita ao princípio da anterioridade, uma vez que não representa instituição ou majoração de tributo.
- III. A revogação de um benefício fiscal (como uma isenção ou uma redução de base de cálculo) ou a redução de um desconto para pagamento à vista equipara-se à majoração indireta de tributo, devendo, como regra geral, observar as anterioridades anual e nonagesimal, em respeito ao princípio da não surpresa.
- IV. O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e a alteração da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são exceções à anterioridade nonagesimal, devendo observar apenas a anterioridade anual.
- V. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e as Contribuições para a Seguridade Social são exceções absolutas, podendo ser exigidos imediatamente após a publicação da lei que os instituiu ou aumentou, sem observância de qualquer anterioridade.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- B () Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- C () Apenas as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- D () Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 36

Na esteira da segurança das relações jurídicas entre a Administração e os administrados, alcança-se o valor elevado da certeza, e o que se enfatiza é a proteção do contribuinte contra a surpresa de alterações tributárias (...). Nesse sentido, diz-se que a segurança jurídica é o elemento axiológico do postulado, tendente a coibir a tributação de surpresa – intitulada “tributação de supetão” ou “tributação de inopino” –, ou seja, aquela que surpreende o sujeito passivo da obrigação tributária sem lhe permitir o razoável tempo de preparo para o evento inevitável da tributação.

Com base no valor da segurança jurídica e no postulado da “não-surpresa” mencionado no texto, analise as duas proposições a seguir e a relação de causalidade entre elas:

I. A instituição de um novo Imposto Extraordinário de Guerra (IEG) ou de um Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública prescinde da observância dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal.

PORQUE

II. O valor supremo da segurança jurídica, manifestado pela anterioridade, cede espaço à supremacia do interesse público e à urgência em situações de excepcionalidade constitucional, configurando exceções taxativas ao dever do Estado de garantir o ‘razoável tempo de preparo’ ao contribuinte.

Assinale a alternativa correta:

- A () As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B () As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C () A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D () A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma verdadeira.

QUESTÃO 37

No que diz respeito à Substituição Tributária Progressiva (também conhecida como substituição “para frente”), em que um contribuinte (como um atacadista) recolhe antecipadamente o ICMS relativo a vendas que ainda ocorrerão, a Constituição Federal brasileira de 1988 e o Supremo Tribunal Federal (STF) estabelecem requisitos para sua instituição. De acordo com a jurisprudência recente, qual é o instrumento legislativo adequado para que um Estado-membro institua uma hipótese específica de substituição tributária progressiva em seu território?

Assinale a alternativas:

- A () Medida Provisória, de forma exclusiva, devido à urgência da arrecadação.
- B () Lei Complementar Federal, pois trata-se de normas gerais de direito tributário.
- C () Lei Ordinária Estadual, sendo desnecessária a edição de lei complementar para este fim.
- D () Decreto do Poder Executivo, independentemente de previsão em lei em sentido estrito.

QUESTÃO 38

Com base estritamente nas disposições do Código Tributário Nacional (CTN) acerca da constituição, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise as proposições abaixo:

- I. A moratória, enquanto causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele, desde que o pedido seja protocolado antes do início do procedimento fiscal.
- II. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.
- III. A propositura, pelo sujeito passivo, de ação judicial que tenha por objeto a discussão do débito tributário, ainda que desacompanhada do depósito do montante integral, suspende a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado.
- IV. O pagamento antecipado pelo obrigado, nos tributos cujo lançamento se dê por homologação, extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento pela autoridade administrativa.
- V. A dação em pagamento é modalidade de extinção do crédito tributário que pode abranger tanto bens móveis quanto imóveis, conforme a conveniência da Administração Pública e previsão em lei específica.

Assinale a alternativa correta:

- A () Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- B () Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- C () Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
- D () Apenas as proposições IV e V estão corretas.

QUESTÃO 39

No que diz respeito à administração tributária, ao lançamento de tributos em espécie, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e ao correspondente processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- A () O IPTU, por ser um tributo cuja entidade tributante já possui as informações cadastrais do imóvel, prescinde de processo administrativo de lançamento, sendo a remessa do carnê de pagamento considerada notificação válida do lançamento de ofício.
- B () De acordo com a definição do Código Tributário Nacional (CTN), o tributo é uma prestação pecuniária compulsória que pode ser paga em moeda, em trabalho ou mediante prestação de serviços ao Estado.
- C () A administração tributária, ao identificar o inadimplemento de um tributo, possui o poder discricionário de decidir se instaura ou não o processo administrativo de lançamento, podendo dispensá-lo por critérios de conveniência e oportunidade.
- D () No processo administrativo tributário, a interposição de recurso voluntário contra a decisão de primeira instância exige o arrolamento prévio de bens ou o depósito de 30% do valor do débito como condição de admissibilidade.

QUESTÃO 40

No exercício de suas funções, o servidor da administração tributária municipal deve conciliar a ética profissional, o dever de sigilo fiscal e a necessidade de integração entre os órgãos públicos. Sobre essas boas práticas e responsabilidades, assinale a alternativa correta:

- A () O sigilo fiscal é um dever absoluto do servidor, o que impede, sob qualquer hipótese, a prestação de assistência mútua ou a permuta de informações entre o Município e a União.
- B () A divulgação de informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo (contribuinte) é permitida a terceiros, desde que o fiscal considere a informação de interesse público para a transparência da gestão.
- C () A Fazenda Pública Municipal e seus servidores podem permutar informações com outros órgãos da administração pública, desde que haja previsão em lei ou convênio, sem que isso configure quebra de sigilo fiscal ilegal.
- D () Em razão da autonomia municipal, o fiscal de tributos não possui responsabilidade funcional caso deixe de realizar o lançamento de um tributo por amizade com o contribuinte, tratando-se de uma decisão ética pessoal.

RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTA
O preenchimento deste rascunho não é obrigatório.

NÃO DESTAQUE ESTE RASCUNHO!

PORTUGUÊS	01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10
MATEMÁTICA	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20
CONHECIMENTOS GERAIS	21	22	23	24	25
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	26	27	28	29	30
	31	32	33	34	35
	36	37	38	39	40

Este rascunho não tem valor legal. Transcreva as respostas no Cartão-Resposta Personalizado.